



BRASIL EM FOCO

Análises & Comentários

HUMBERTO DANTAS

AGOSTO 2018

O que pode mudar (n) o cenário eleitoral nacional?

Essa é a quarta edição de BRASIL EM FOCO de 2018, uma publicação bimestral da Fundação Konrad Adenauer do Brasil. Nosso objetivo central é debater temas relevantes para a realidade política do país aprofundando algum aspecto relevante do cotidiano, sem obviamente termos como intuito concorrer com os periódicos e as notícias que nos chegam a cada minuto. Oferte uma atenção especial aos títulos das edições anteriores, e se tiver interesse acesse os links:

[JUNHO - Tempo, paciência e partido político – o que isso diz sobre a eleição de 2018?](#)

[ABRIL - Governar o Brasil a partir do Congresso Nacional](#)

[FEVEREIRO - Cenário de incerteza nas eleições presidenciais – reflexões com base no calendário](#)

Em cada um deles o claro objetivo é tratar das incertezas político-eleitorais no Brasil, com ênfase ao plano federal. Em fevereiro e junho as indefinições do quadro partidário davam o tom dos textos. Em abril, o foco esteve na necessidade de se pensar que para além da eleição de um presidente e de seu vice o país precisa considerar os desafios do Poder Legislativo federal com reflexões sobre como se governará na lógica de coalizão a partir de 2019. A soma das palavras “incerteza”, “governar”, “tempo” e “paciência” ilustram de forma emblemática o que atravessa o país desde 2014 e se agudiza nesse instante. O mercado financeiro, termômetro sensível e naturalmente enviesado da realidade já deu sinais claros de falta de controle. Diante de pesquisas que apontam para a real possibilidade de o PT disputar o segundo turno das eleições contra o radical candidato do PSL, o Real se desvalorizou frente ao dólar e o risco país avançou da casa dos 160 pontos para o patamar de 240, melhor apenas que os quase 300 atingidos durante a greve dos caminhoneiros. O temor dos analistas está associado a metas fiscais que não parecem claras em determinados discursos e atitudes. Os indicadores podem ter comportamento semelhante àqueles vividos em 2002, quando o país vivia a incerteza do que seria um governo de Lula. A questão a ser destacada é: o mundo não atravessava as indefinições e incertezas de hoje, ou seja, o cenário internacional era mais favorável e, principalmente, a situação econômica do Brasil sugeria uma incerteza que precisava, “apenas”, de



Konrad
Adenauer
Stiftung

BRASIL
EM FOCO
AGOSTO 2018

www.kas.de/brasil

um choque de confiança, algo que o ex-presidente petista soube ofertar logo em 2003.

Importante salientar que ao longo dos últimos meses alguns pontos levantados por analistas se perderam em meio a esse período eleitoral. O mais emblemático deles dizia: a eleição de 2018 é tão incerta quanto a de 1989 e, por isso, teremos muitos candidatos. Isso não ocorreu, e se a incerteza efetivamente existe e pode ser comparada em certa medida a 2002, o cenário da primeira eleição direta após a redemocratização era bem menos previsível. À ocasião, os partidos não tinham um histórico de alinhamentos, mas principalmente não conviviam com alguns dilemas institucionais relevantes que enfrentamos nesse pleito. Os principais estão atrelados à forma de arrecadar dinheiro para as campanhas. Esse ano, os partidos terão que racionalizar muito bem o uso de recursos, e não poderão se arriscar em aventuras infundadas ao Planalto – por mais que algumas legendas transmitam essa sensação em alguns casos. Ademais, a cláusula de desempenho trazida pela reforma política de 2017 e as fórmulas de distribuição aos partidos de recursos públicos com base nas eleições e bancadas de deputados federais faz com que as agremiações partidárias olhem com bastante atenção para a casa do povo no Congresso Nacional. Um número simboliza bem esse cálculo: enquanto a despeito de um aumento no total de partidos em relação a 2014 – de 32 para 35 – o volume de candidatos e candidatas às assembleias legislativas se manteve quase estável, o total de postulantes a uma vaga de deputado federal aumentou 14% esse ano, mostrando a necessidade de muitos dos partidos buscarem nomes para alavancarem votos.

No plano federal, com destaque para o Poder Executivo, a eleição aponta para fenômenos já retratados em outrora como prováveis, mas agora confirmados. O pleito parece se afunilar para quatro, no máximo cinco candidaturas com reais possibilidades. Um jornalista do Grupo Bandeirantes, inclusive, afirmou faz algumas semanas que a eleição presidencial se assemelha a uma semifinal com divisão ideológica que levaria dois candidatos à final, simbolizada por um segundo turno entre um nome da esquerda e outro da direita. De um lado um candidato do PT (Lula ou Fernando Haddad) contra Ciro Gomes (PDT) ou Marina Silva (Rede). Do outro, Jair Bolsonaro (PSL) contra Geraldo Alckmin (PSDB). Nesse cenário, se por um acaso for Marina a ficar na disputa, teríamos um ambiente cientificamente muito curioso para testes, reflexões e averiguações.

Sem o candidato Lula (PT), que a despeito de pontear com quase 40% algumas pesquisas deverá ser impugnado pela Justiça Eleitoral, os dois líderes até aqui são: Jair Bolsonaro e Marina Silva. Trata-se de uma dupla que não tem qualquer estrutura partidária, mas possui boa penetração no universo virtual e prega um descolamento da política tradicional – de formas expressivamente diferentes, importante ressaltar. Contra cada um desses estariam os dois candidatos com as maiores estruturas partidárias nas mãos, símbolos da polarização política que vem caracterizando o Brasil desde 1994 no plano federal. No campo mais à direita Geraldo Alckmin, que tem sido acusado das “más companhias” que alinhou em sua coligação – as aspas ficam por conta do fato de que todos os principais partidos flertaram com boa parte desse bloco. No campo da esquerda Fernando Haddad, se apresentando como o candidato do PT que tem o aval do popular ex-presidente. Diante de tais aspectos, ambos tem para

BRASIL
EM FOCO
AGOSTO 2018

www.kas.de/brasil

si os seguintes desafios para manter a lógica bipolar de pleitos anteriores:

- Geraldo Alckmin – conquistar expressivo volume de votos para ir ao segundo turno das eleições. O tucano não consegue registrar dois dígitos na imensa maioria das pesquisas, oscilando entre 4% e 9% nos diferentes cenários e institutos. A seu favor o fato de que terá, a partir do dia 31 de agosto, quase 50% do Horário Eleitoral Gratuito. Com audiência cadente ao longo dos últimos anos e reduzido total de dias de exposição, a aposta maior não está naqueles blocos matutinos (rádio), vespertinos (rádio e TV) e noturnos (TV), mas sim na quantidade expressiva de spots ao longo da programação, cujo total de exposições foi elevado com as novas regras. O problema maior aqui é compreender se haverá tempo de encaixar uma campanha irretocável, capaz de dialogar com o Brasil e ser convertida em votos. No plano federal, nunca uma candidatura partiu de menos de 10% em agosto e ficou entre os dois primeiros lugares no primeiro turno de acordo com o Datafolha. Em meados de agosto de 1994, Fernando Henrique Cardoso tinha 41% e Lula 24%; em 1998, FHC liderava com 45% e Lula o perseguia com 29%; em 2002, Lula aparecia com 37% entre os dias 15 e 16 de agosto, Ciro Gomes tinha 27% e José Serra 13% - no final do mês Ciro e Serra praticamente empatavam perto de 20%; em 2006, Lula tinha 49% e Alckmin estava com 25%; em 2010, Dilma (41%) passava Serra (33%) pela primeira vez em campo coletado entre os dias 09 e 12 de agosto; em 2014, Dilma tinha 37%, Marina Silva 30% e Aécio Neves 17% - o tucano empataria no final da corrida e passaria ao segundo turno. Com uma campanha menor (45 dias e não 90 dias), menos exposta nos meios de comunicação (com menos tempo, e 35 dias ao invés de 45) e com menos recursos (empresas foram retiradas da relação de doadoras e um teto bem aquém dos valores utilizados em 2014 foi estabelecido): qual o peso do rádio e da TV? Quais as chances de Geraldo Alckmin? O eleitor, mais descrente e cansado da política, será impactado e dará seu voto ao ex-governador de São Paulo? A aposta se dá quase que integralmente no Horário Eleitoral Gratuito. Outra possibilidade seria investir sobre uma reversão de votos a candidatos como João Amoedo (Novo), Álvaro Dias (Podemos), Henrique Meirelles (MDB) e mesmo Jair Bolsonaro numa lógica de voto útil que levaria o tucano ao segundo turno. A questão aqui é compreender que tipo de cálculo, qual a dimensão dessa reflexão em termos de eleitorado e que espécie de expectativa o candidato tucano seria capaz de gerar até o dia 07 de outubro.

- Fernando Haddad – reverter um desempenho acanhado nas pesquisas e conquistar parte expressiva do eleitorado de Lula (PT), que lidera com folga as pesquisas realizadas até o presente momento. No Ibope de meados de agosto, por exemplo, tinha quase 50% dos votos válidos e pouco menos de 40% do total de eleitores. O potencial desse fenômeno existe e tem sido testado por alguns institutos. Pesquisas realizadas pela XP Investimentos, levantamentos do MDA e o próprio Ibope apontam que o ex-prefeito de São Paulo já conseguiria capitalizar boa parte das adesões ao ex-presidente. Um sinal de uma possível espera ao nome do PT por parte desse eleitorado está atrelada ao aumento expressivo de votos brancos, nulos e indefinições quando Lula é retirado da corrida nas simulações dos principais estudos. Seu eleitorado estaria aguardando, assim, uma sinalização. Interessante, nesse caso, como eleitores do Nordeste,

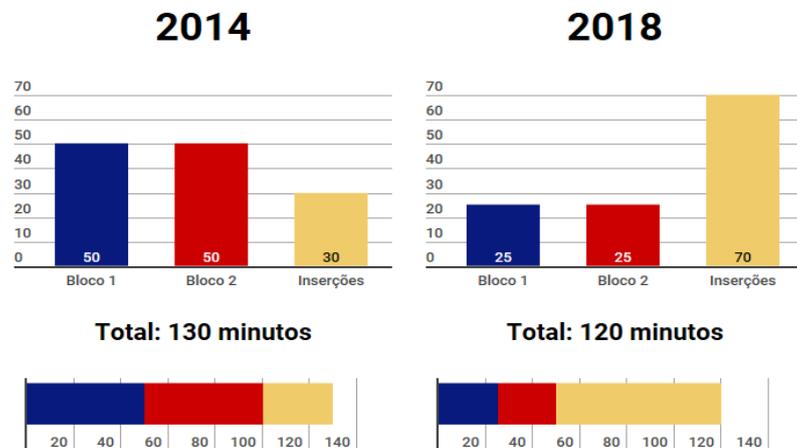
BRASIL**EM FOCO**

AGOSTO 2018

www.kas.de/brasil

de menor renda e escolaridade que consolidam voto em Lula adensam o quadro de indecisos com sua ausência e simbolizam tal fenômeno de maneira nítida no levantamento de junho do Datafolha. É nesse movimento que aposta o PT para levar Fernando Haddad ao segundo turno. Nesse caso, existem analistas que afirmam que tal presença é quase certa, o que tiraria Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (Rede) da disputa – parte dos eleitores, sobretudo do pedetista, inclusive, poderia ofertar voto útil no PT para garantir a esquerda na segunda rodada. Para tanto, Haddad precisa ser apresentado ao eleitorado que pouco o conhece fora de São Paulo, principalmente. Tal feito também estaria associado ao Horário Eleitoral Gratuito. O PT, aparentemente isolado até o prazo limite para a realização das convenções, conseguiu trazer consigo o PROS e o PC do B, que lhe oferecem segundos preciosos de exposição, colocando a aliança com o segundo maior tempo de rádio e TV – algo equivalente a praticamente metade do que terá Geraldo Alckmin.

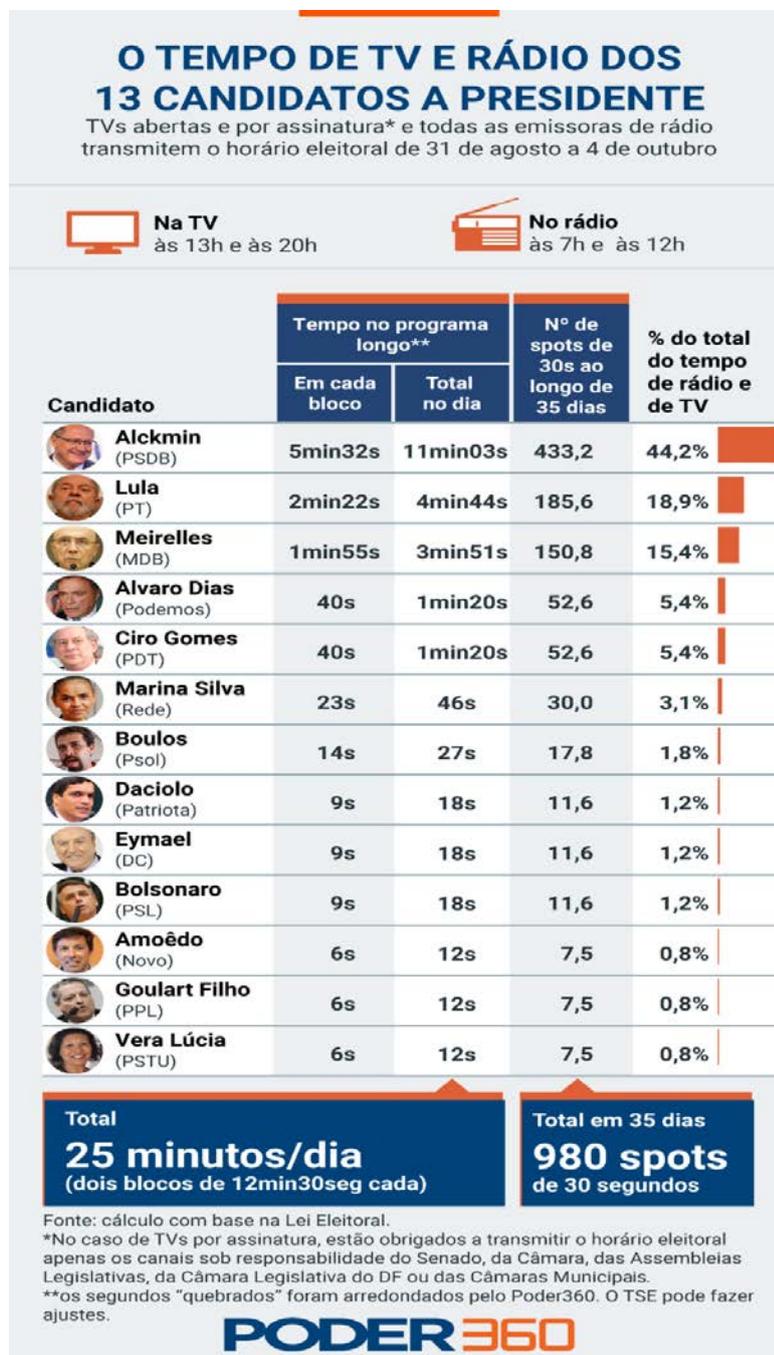
Na Figura 1, em arte da Revista Veja, é possível notar como o Horário Eleitoral Gratuito mudou com a reforma política em relação a 2014, e na Figura 2 como o tempo está distribuído entre os candidatos, com Lula simbolizando a aliança em torno do PT, de acordo com arte do portal Poder 360.

Figura 1 – Configuração do Horário Eleitoral Gratuito

BRASIL
EM FOCO
AGOSTO 2018

www.kas.de/brasil

Figura 2 – Distribuição do Horário Eleitoral Gratuito 2018



Parece possível afirmar que a tarefa de Fernando Haddad (PT) é menos inglória e carrega consigo sinais mais claros de que vai se concretizar do que aquela de Geraldo Alckmin (PSDB). O petista tem a seu favor sinais mais consistentes de que terá parte dos votos de Lula. O Ibope, por exemplo, fala em metade dos 37% que apoiam o ex-presidente votando em seu indicado, o que representaria 18,5%, e colocaria Haddad muito próximo de cenários liderados por Jair Bolsonaro (PSL). Ao PSDB nada indica que o Horário Eleitoral será benéfico a Alckmin, salvo o fato de sua

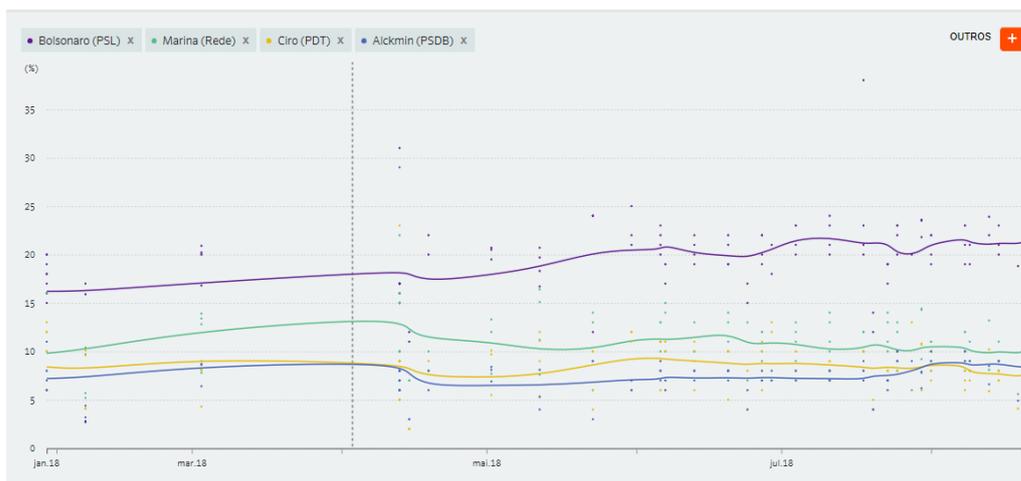
BRASIL
EM FOCO
 AGOSTO 2018

www.kas.de/brasil

campanha acertar de forma muito clara no ritmo, o que representaria surfar a onda de superexposição. O problema é que onde o tucano é mais conhecido, São Paulo, estado que governou por mais de três mandatos, Lula lidera com 26%, Bolsonaro tem 21% e o ex-governador 12%. Com Lula fora, o tucano vai a 15%, e Bolsonaro atinge 22%. Sem uma expressiva votação do eleitorado paulista os planos do PSDB podem se tornar ainda menos concretos. Para se ter uma ideia do desempenho dos candidatos em seus estados de origem política, no Ceará o ex-governador Ciro Gomes (PDT) tem 15% em cenário com Lula (56%), mas vai a 39% sem o ex-presidente e passa a liderar. Por sua vez, no Rio de Janeiro, Lula (29%) está à frente de Bolsonaro (22%), mas sem o ex-presidente a liderança é atingida pelo deputado federal do PSL com 25%.

Assim, é possível afirmar que o Horário Eleitoral Gratuito é o último grande fenômeno planejado dessa eleição capaz de alterar de forma significativa algo no cenário estabelecido – o que para muitos analistas é variável de um peso imensurável. Restaria ainda o acaso, como as gafes pessoais de Ciro Gomes em 2002 que lhe tiraram a vice liderança ou o acidente que em 2014 vitimou Eduardo Campos e alavancou Marina Silva para um segundo lugar perdido a poucos dias do primeiro turno. Se a exposição nos meios de comunicação não promover uma reviravolta expressiva, a única alteração nesse conjunto de linhas horizontais da Figura 3 - produzida a partir de médias de diferentes institutos desde janeiro de 2018 até agosto de 2018 em arte do Poder 360 - será a ascensão de Fernando Haddad (PT). Importante notar na figura como quase nada muda em oito meses de política no Brasil.

Figura 3 – Posição agregada dos principais candidatos nas pesquisas de janeiro a agosto de 2018 – cálculos do Poder 360



Seria importante adicionar à análise o total de votos brancos, nulos, indecisos e eleitores que declaram que não escolheram (ou escolherão) qualquer candidato ou candidata. Em diferentes pesquisas, nos cenários sem Lula, esse índice está entre 30% e 40%. Isso significa que uma fatia inédita do eleitorado não sabe em quem vai votar faltando menos de dois meses para o primeiro turno. Nas eleições de 1994 a 2014, nunca a essa altura do ano, meados de agosto, o líder tinha menos de 40% em termos aproximados – Lula em 2002 e Dilma em 2014 tinham 37%, o que está

BRASIL
EM FOCO
AGOSTO 2018

www.kas.de/brasil

muito acima dos cerca de 20% a 25% que detém Jair Bolsonaro em cenário sem o ex-presidente petista. O que se espera de parte desse volume de eleitores é uma definição, sobretudo aquela parte apontada em favor de Haddad. Mas também é importante salientar que existe uma possibilidade bastante significativa de o país assistir a um aumento ainda maior, confirmando tendência desde 2002, de elevação nos votos brancos, nulos e abstenções somados.

Nesse sentido, interessante observar que mesmo tomando uma decisão em benefício de algum candidato, essa eleição tem mostrado o quanto muitas das escolhas estejam ancoradas na lógica do “menos pior”. Isso porque os índices de rejeição dos principais candidatos são elevadíssimos. O método utilizado para a tomada dessa informação costuma variar, o que indica oscilação desse indicador a depender do instituto de pesquisa, mas é fato que nos estudos em que a rejeição é perguntada nome a nome, como o caso do Paraná Pesquisas, Jair Bolsonaro, Fernando Haddad, Marina Silva e Geraldo Alckmin atingem resultados situados entre 56% e 59%. Lula e Ciro Gomes atingem 60%, e Álvaro Dias “se salva” com “apenas” 46%. Qualquer conta rápida levaria à crença de que esses candidatos perderiam o segundo turno para eles mesmos. As simulações da rodada final, testadas por alguns institutos, no entanto, mostram que existem preferências claras por alguns nomes quando confrontados de forma binária. Resultado: o eleitor está escolhendo o que existe de menos pior, ou assombroso para a sua realidade.

Um último ponto que merece atenção dialoga mais uma vez com as alianças formadas entre os partidos, mas dessa vez em nada tem a ver com o tempo do Horário Eleitoral Gratuito. A realização de coligações por vezes poderia ofertar a impressão de que todos os partidos envolvidos numa aliança nacional trabalhariam por um candidato presidencial. Isso é impossível à luz de nossos arranjos partidários locais. Assim, as realidades dos estados não podem ser desprezadas em suas singularidades. Faz alguns dias, o cientista político Cláudio Couto, da FGV-SP, disse em uma entrevista à plataforma Um Brasil que o quadro partidário brasileiro talvez seja a expressão mais clara do conceito de federalismo associado à ideia de autonomia das unidades. Questionável do ponto de vista de recursos, arrecadação, políticas públicas e tantos outros aspectos essenciais, é no comportamento das legendas em cada estado que assistimos à clareza acerca do funcionamento descentralizado dessas legendas no arranjo federativo brasileiro. O que isso quer dizer? Que partidos aliados em torno de um mesmo candidato presidencial não irá trabalhar para este nome em todo o país.

O caso que mais chamou a atenção recentemente ocorreu no Piauí, onde o presidente nacional do PP, que tem na senadora gaúcha Ana Amélia a candidata a vice na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB), Ciro Nogueira, candidato à reeleição no Senado, pediu voto para Lula, Haddad e para o governador petista Wellington Dias. Pudera: a vice governadora é de seu partido, e se o PP está com o PSDB em 11 estados e no plano federal, com o PT ele está em nove. Em todo o país apenas a aliança entre PT e PC do B - a mais repetida em termos estaduais (eleição para governador) no Brasil no período 1994-2018 - é verificada em 20 estados. No mais, tudo varia entre zero e 17 (PSDB e DEM). Mas existem alianças entre o DEM e o PT, por exemplo, em três estados em torno de uma mesma can-

BRASIL**EM FOCO**

AGOSTO 2018

www.kas.de/brasil

didatura ao governo. Os cruzamentos de uma enorme matriz de 35 x 35 partidos revela uma quantidade expressiva de possibilidades e cruzamentos mais ou menos prováveis, e a ausência de algumas relações esperadas – PT e PSDB, por exemplo, é um cruzamento com zero ocorrência. Outro exemplo: o PV e a Rede só estão conectados em sete estados, maior número registrado pelo partido de Marina Silva, mas ainda assim, menos de um terço dos estados brasileiros. Pelo lado dos verdes, existe conexão em 10 estados ou mais com legendas como: PDT (Ciro Gomes), Podemos e PSC (Álvaro Dias), PHS (Henrique Meirelles), PC do B (Luiza/Haddad) e o trio formado por PTB, Solidariedade e PPS (Geraldo Alckmin).

Tudo isso representa dizer que somar o total de prefeitos de legendas envolvidas em uma coligação, por exemplo, e imaginar que essa estrutura convergirá uniformemente para um plano nacional é incorrer em erro expressivo. Não existe coordenação nacional de partido político capaz de tornar os palanques estaduais alinhados aos arranjos do pleito presidencial. A tentativa de 2002 e 2006 da Justiça Eleitoral, chamada de verticalização, rendeu uma artificialização de alianças e esvaziamento do pleito nacional preocupantes. Isso significa, mais uma vez, que o Horário Eleitoral é o fenômeno a ser observado para o caso da imensa aliança formada em torno do candidato do PSDB. Se isso não servir para algo em termos de aumento de sua votação, o segundo turno será disputado, provavelmente, entre Jair Bolsonaro (PSL), o semifinalista da direita, e Fernando Haddad (PT) o semifinalista da esquerda.

Diante de tal realidade o Brasil experimentaria uma segunda rodada eleitoral entre os pontos mais extremos do espectro ideológico, considerados os candidatos com chances de vitória. Nesse caso, Bolsonaro é aquele que está mais à direita, e Fernando Haddad mais à esquerda. O centro despovoado pode se comportar de diferentes modos e optar por distintas posições. O radicalismo do deputado federal do Rio de Janeiro e o anti-pestismo que respiram alguns setores da sociedade podem transformar a eleição em um ponto de cisão bastante preocupante e ainda mais agudo do que o ambiente vivenciado desde de 2014. A questão central aqui é notar como o Brasil está aparentemente dividido. A esquerda, por exemplo, que para muitos está desorganizada e sem rumo, pode ter encontrado na tentativa de lançar Lula candidato um caminho capaz de lhe levar ao segundo turno com um candidato diferente. Mas não é só isso que chama a atenção.

No Nordeste do país as legendas classificadas à esquerda pela Ciência Política despontam com vigor expressivo nas pesquisas do início de agosto. No Piauí, Ceará e Bahia existem chances consistentes de o PT se manter no poder estadual. No Maranhão, o PC do B tem expectativas concretas de reeleição. No Rio Grande do Norte o PT lidera, enquanto em Pernambuco e em Sergipe o PSB está na frente dos levantamentos mais recentes – no primeiro com o apoio do PT. Restaria fora desse espectro apenas o MDB da Paraíba e de Alagoas (onde o PT é parceiro da família Calheiros), ou seja, em sete dos nove estados a região estaria, hoje, de acordo com as pesquisas, pintada de vermelho – claro que o segundo turno ocorrerá em muitos desses estados, e a realidade pode se alterar de forma expressiva até 07 de outubro. O eleitorado nordestino representa mais de 26% do total no Brasil, e por lá as pesquisas apontam que Lula mantém

BRASIL
EM FOCO
AGOSTO 2018

www.kas.de/brasil

um reinado absoluto em matéria de intenção de votos. A pesquisa Ibope divulgada em meados de agosto mostra o ex-presidente com 60% na região - tem 33% no Norte/Centro Oeste, 28% no Sudeste e 27% no Sul. Tal adesão o faz um cabo eleitoral essencial, com partidos que auxiliaram no impeachment de Dilma Rousseff ofertando apoio e caminhando em sintonia com o PT – algo que nos remete à lógica federativa destacada corretamente por Couto.

Diante de todo o cenário exposto, esse texto parece um convite para medirmos o peso e a capacidade de o Horário Eleitoral Gratuito definir uma eleição. O desafio começa no dia 31 de agosto, e se encerra poucos dias antes do primeiro turno. Brasil em Foco volta depois disso.

Sobre o autor:

Humberto Dantas – doutor em ciência política, conselheiro e parceiro da KAS em ações de educação política.

